

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	31
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	37
10.8 - Plano de Negócios	38
10.9 - Outros fatores com influência relevante	40

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 15 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável à todas as áreas da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado (mas não se limita) no COSO-ERM e integrado às metas e objetivos estratégicos de negócios da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócio mais consistente; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos são categorizados em quatro grupos de natureza distintas, considerando fatores internos e externos:

- Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.
- Riscos Tecnológicos: é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- Riscos de Conformidade: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, do Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a sua avaliação. Esta etapa contempla o cálculo do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos. Um dos elementos utilizados nesta avaliação é a matriz SWOT, que indica as principais ameaças, fraquezas, fortalezas e oportunidades que podem impactar as atividades da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Após a avaliação, a Companhia prioriza e define o limite de cada risco, classificando-os de acordo com os seguintes parâmetros:

- **Risco Inaceitável:** riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.
- **Risco Inesperado:** riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.
- **Risco Provável:** riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
- **Risco Aceitável:** Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Após a definição do limite de risco, a Companhia formula uma resposta adequada ao risco, de acordo com sua criticidade. As opções compreendem:

- **Eliminar:** eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da Companhia e dos impactos associados ao risco.
- **Transferir:** transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades.
- **Reduzir/Gerir:** reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos.
- **Aceitar:** assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

O processo de gerenciamento de risco da Companhia também inclui: (i) atividades de controle, que compreendem normas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos definidos pela Companhia para minimizar ou eliminar seus riscos sejam cumpridos; e (ii) plano de ação, que representam o conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados.

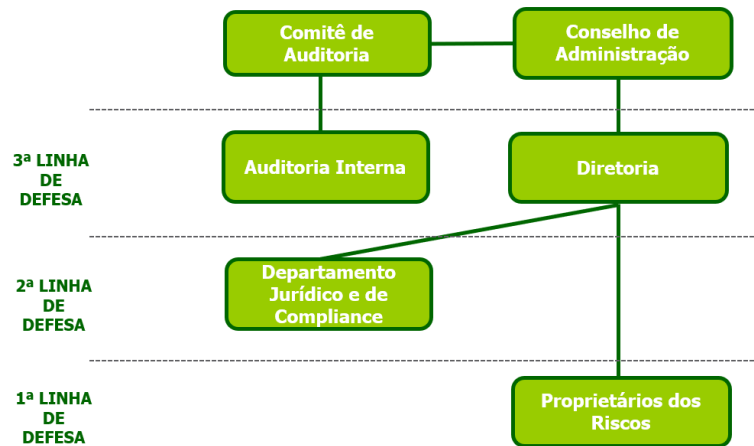
Por fim, o processo de gerenciamento de riscos prevê o monitoramento constante dos riscos para avaliação de sua qualidade, atualização e implementação de novos controles.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão diretamente envolvidas no controle de gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; (iv) Área de Auditoria Interna; (v) Departamento Jurídico e de Compliance; e (vi) Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos segue o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM, conforme disposto no organograma abaixo:



Nesse contexto, compete ao Conselho de Administração:

- (i) definir os objetivos estratégicos da Companhia, que nortearão o trabalho de identificação dos riscos;
- (ii) acompanhar as ações de gerenciamento dos riscos conforme direcionamento de negócios da Companhia;
- (iii) determinar o apetite e tolerância aos riscos;
- (iv) aprovar as políticas e diretrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;
- (v) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- (vi) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados; e
- (vii) disponibilizar e alocar os recursos necessários para gerenciamento de risco.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do previsto em seu regimento específico:

- (i) recomendar a inclusão, avaliação e priorização na matriz de riscos da Companhia;
- (ii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- (iii) acompanhar ações de implementação de planos de ação mitigatórios;
- (iv) reportar suas conclusões ao Conselho de Administração;
- (v) acompanhar e estimular o desenvolvimento de estruturas e mecanismos de proteção de riscos;
- (vi) propor alterações na Política de Gerenciamento de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (vii) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e
- (viii) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

- (i) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- (ii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade;
- (iii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos proprietários dos riscos e recomendar ações de respostas;
- (iv) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- (v) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- (vi) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Compete à Auditoria Interna própria, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- (i) avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações, salvaguardar os ativos assegurando o cumprimento das leis, regulamentos e contratos;
- (ii) examinar o sistema de controles internos provendo à administração uma avaliação sobre sua efetividade; e
- (iii) assessorar a Diretoria e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno.

Compete ao Departamento Jurídico e de Compliance, responsável pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos na Companhia, e cujos membros não desempenham atividades operacionais:

- (i) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados;
- (ii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais; e
- (iii) reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

Compete aos Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios):

- (i) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- (ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;
- (iii) apresentar percepção quanto à exposição ao risco;
- (iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- (vii) dar cumprimento ao plano de ação.

Recentemente, a Companhia instituiu o Comitê de Auditoria e a Área de Auditoria Interna, e reformulou o seu Departamento Jurídico e de Compliance, no âmbito da oferta pública de ações, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia acredita que consegue monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a priorização das atividades de avaliação de riscos, através de tarefas exercidas pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria, pela Diretoria, pela área de Auditoria Interna, pelo Departamento Jurídico e de Compliance, e pelos proprietários dos riscos. A Companhia acredita, ainda, que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Área de Crédito e Cobrança que se reporta à Diretoria Financeira e pelo Departamento de Originação que se reporta à Diretoria de Produção. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber. A Companhia aprovou referida política, em 15 de outubro de 2020, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

As diretrizes e práticas de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco de liquidez, risco de taxa de juros e risco de preço de commodities oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

As diretrizes e práticas de proteção visam estabelecer as responsabilidades e processos a serem observadas na gestão de riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos de mercado que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas, elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia, tomar de decisões de negócio mais consistente e contribuir para a busca da excelência na gestão de seus negócios e atividades.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam, os riscos de liquidez, de taxa de juros e de preço de commodities.

Com relação aos riscos de mercado são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços de mercadorias (commodities). Entre os riscos de mercado, incluem-se a elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Área de Crédito e Cobrança e à Área de Originação, conforme o caso, que se reportam à Diretoria da Companhia a função de gestão e identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Tradicionalmente, a Companhia não utiliza de *hedge* da matéria prima para a produção de sementes. No mesmo período em que são realizadas as vendas aos clientes da Companhia, também ocorre a compra de matéria prima junto aos produtores integrados. Dessa forma, a Companhia minimiza, consideravelmente, sua exposição à flutuação do preço das *commodities*. Eventualmente, na impossibilidade de aquisição da matéria-prima, a Companhia se vale de instrumentos financeiros derivativos para mitigação de variação. Ademais, em sua operação, sempre que contraídas obrigações em moeda estrangeira, a Companhia adota a política de contratar operações de derivativos na modalidade "swap", com o objetivo de mitigar riscos de eventual variação cambial prejudicial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia se utiliza de instrumentos para proteção patrimonial (*hedge*), tais como contratos futuros com liquidação financeira (*non-deliverable forwards*) e liquidação física e opções atrelados ao preço da soja.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentre os quais (a) risco de liquidez, (b) risco de taxa de juros, e (c) risco de preço de *commodities*.

Com relação ao risco de liquidez, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes

Para o risco de taxa de juros a Companhia tem por política pactuar operações com taxas de juros pré-fixadas, portanto não há parâmetros objetivos de exposição fixados no momento.

Com relação ao risco de preço de *commodities*, a Companhia suporta variações positivas ou negativas de preços de até 10%. Variações fora dessa faixa são consideradas exposições para as quais a Companhia deve contratar instrumentos de proteção patrimonial.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial, mitigação da variação cambial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de mapeamento de riscos financeiros de mercado é composta hierarquicamente pela Área de Crédito e Cobrança que se reporta diretamente à Diretoria Financeira.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada. A Companhia considera que a sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva da Auditoria Interna e de sua Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Como exemplos das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- 1) Utilização do sistema SAP, que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades operacionais e gerenciais, com foco em um desempenho equilibrado nos processos corporativos;
- 2) Reconciliação das contas contábeis;
- 3) Processos mensais de fechamento contábil;
- 4) Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e
- 5) Segregação de funções e aprovação de pagamentos por mais de uma pessoa.

Por esse motivo, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza, e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O acompanhamento das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis fica a cargo dos seguintes órgãos, cujas responsabilidades específicas para este processo estão destacadas abaixo:

- **Departamento de Contabilidade:** responsável por realizar o levantamento de dados no sistema SAP e enviar os relatórios de fechamento para o Departamento de Controladoria;
- **Departamento de Controladoria:** responsável por validar os relatórios de fechamento e gerenciar as demonstrações financeiras e contábeis;
- **Departamento Jurídico e de Compliance:** responsável por acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais, e por reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles; e
- **Diretoria de Administração e Controle e Diretoria Financeira:** responsável pela revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após a validação técnica pelos Departamentos de Contabilidade e Controladoria.

Além disso, no contexto da abertura de capital e listagem no segmento do Novo Mercado, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia também instituiu uma Área de Auditoria Interna, que será responsável por submeter para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O plano de auditoria interna será composto de um cronograma de trabalho para o ano fiscal/calendário seguinte, utilizando metodologia baseada em riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Conforme o disposto no item 3.2.2 do seu Regimento Interno, na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, as auditorias interna e independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficiência dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e de controles internos da Companhia (função exercida pelo Departamento Jurídico e de Compliance); (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; e (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Além disso, conforme mencionado no item 5.3(b) acima, a Diretoria Administrativa e Financeira participa do processo de revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após os trabalhos desempenhados pelos Departamentos de Contabilidade e Controladoria.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes da Companhia emitiram, em 05 de abril de 2021, o "Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos" da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas:

Assunto	Deficiência Significativa e Recomendação
Aprimoramento do ambiente de governança corporativa	<p>A Companhia vem buscando uma maior profissionalização para inserção em um ambiente de governança corporativa de qualidade, além de procurar melhorar os controles internos e os processos operacionais e contábeis. Nesse contexto, a Administração da Companhia deve buscar avaliar a implementação, entre outras, das seguintes práticas, vis a vis a sua necessidade e o real benefício versus custos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Definição de um cronograma de reuniões de diretoria e formalização das decisões e formas de acompanhamento de tais decisões; Elaboração de um código de ética; Implantação de um canal de denúncia gerido por um terceiro independente; Definição de uma política de distribuição de lucros aos acionistas; Critérios de avaliação dos executivos e formas de remuneração; Planejamento de sucessão de sucessão familiar; Implementação de uma área de auditoria interna; Formas de acompanhamento das recomendações da auditoria interna e externa;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização de política para transação com partes relacionadas, em especial com acionistas; • Políticas de sobre contribuições e doações voluntárias da empresa; • Regras de sustentabilidade; • Política de gerenciamento de riscos em especial quanto aos instrumentos financeiros e derivativos (risco de crédito, liquidez, taxa de juros, entre outros riscos operacionais); e • Política de transparência das informações.
Aprimoramento do ambiente geral de controles internos	<p>Foi identificado que o ambiente de controles em que se processam as operações da Companhia pode ser aprimorado, pois podem existir operações que não estejam sendo efetuadas em consonância com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, e vulnerabilidades que podem acarretar problemas relacionados à segurança da informação ou problemas referentes à confiabilidade dos valores registrados e resultados apurados.</p> <p>Nesse contexto, para o fortalecimento dos controles internos, a Administração deveria estabelecer, entre outras, as principais políticas de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir responsáveis para determinar as políticas de controles internos e para o acompanhamento da plena adesão às normas internas e externas, guias de rotina da Companhia e principalmente no tocante ao atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil; • Implementar a função de Compliance, nas principais áreas da Companhia, com o objetivo de prevenir operações em discordância com as normas internas estabelecidas pela Alta Administração e leis e regulamentos vigentes no Brasil; • Revisar todas as informações gerenciais atualmente produzidas, com o objetivo de estabelecer a sua real necessidade ou carência de informações e, a partir dessa revisão, estabelecer um conjunto de informações gerenciais padronizadas e consolidadas com as informações contábeis, evitando, assim, reprocessamento e incoerência nas informações; • Elaborar um organograma formal que estabeleça claramente o grau de responsabilidade em todos os níveis hierárquicos, em especial aos aspectos de segregação de função; e • Revisar os processos e sua aderência a um adequado ambiente de controles internos.
Valorização do estoque de sementes sem rateio dos gastos gerais de fabricação por produto e reconhecimento do custo das vendas por proporção percentual	<p>Foi identificado que os estoques de sementes são valorizados por meio de planilhas eletrônicas e tem seus gastos gerais de fabricação reconhecidos de forma agregada, sem realizar o rateio considerando a variedade de sementes existentes. Também foi identificado que no momento da venda das sementes o valor é reconhecido no custo do produto vendido por meio do cálculo percentual que considera a razão entre o volume de sacas produzido e o volume de sacas vendido, sendo que o resultado percentual é aplicado sobre o montante de custos incorridos no período.</p> <p>Nesse sentido, a Companhia deve realizar toda a valorização dos estoques utilizando o ERP institucional SAP, de forma a mitigar possíveis erros que a intervenção manual possa induzir. Adicionalmente, a Companhia deveria avaliar valorizar seu mix de sementes rateando os gastos gerais de fabricação por produto, e reconheça os custos da venda pela unidade de medida dos produtos vendidos.</p>
Ausência de manual para marcação a mercado do saldo estoque de commodities e valor justo dos contratos futuros	Foi identificado que a Companhia possui montante considerável de estoque de <i>commodities</i> e contratos futuros para compra de soja os quais a Administração não possui como rotina a sua valorização à valor justo. Embora o montante de valor justo tenha sido mensurado, a Companhia deve formalizar uma política para valorização dos estoques de <i>commodities</i> e contratos futuros.
Ausência de política formalizada para concessão de adiantamento a fornecedores	Foi identificado que a Companhia opera junto aos fornecedores por meio da concessão de adiantamentos a produtores rurais para compra de grãos, em especial soja. Contudo, não foi identificada uma política formalizada que mitigue os riscos para a concessão do crédito a esses fornecedores, assim como evidencie os procedimentos mínimos que são requeridos para realização da concessão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia deve elaborar uma política que discipline a concessão de adiantamentos a fornecedores, e que enderece o risco de crédito desta operação estabelecendo limites de crédito, prazos, garantias exigidas, acompanhamento do saldo em aberto e possíveis cobranças de juros.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3 (d), os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Com relação às deficiências significativas apontadas, a Administração da Companhia fez os seguintes comentários:

Assunto	Comentário da Administração
Aprimoramento do ambiente de governança corporativa	Em 15/10/2020, a Companhia implementou a criação do Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Interna, além de criação de diversas políticas, como por exemplo: Regimento Interno, Código de Ética, Gerenciamento de Risco, Regimento Interno, Política de Partes Relacionadas, dentre outros. Adicionalmente, a Companhia está em fase de preparação e de implementação de diversas outras políticas e regimentos internos para dar maior robustez na governança da Companhia.
Aprimoramento do ambiente geral de controles internos	Em 26/02/2020, a Companhia criou um departamento de controle interno/compliance, atualmente está subordinado ao Comitê de Auditoria Interna. As principais atividades deste departamento são o aperfeiçoamento das melhores práticas de governanças corporativas, e atualmente para dar robustez no departamento, a Companhia está em fase de contratação de dois novos colaboradores de mercado, com experiência em auditoria interna para compor o departamento.
Valorização do estoque de sementes sem rateio dos gastos gerais de fabricação por produto e reconhecimento do custo das vendas por proporção percentual	A Companhia possui controles auxiliares, os quais suportam as devidas análises e registros contábeis sobre a valorização dos estoques, porém para minimizar os riscos de interferências manuais e automatizar os processos de rateio de valorização dos estoques por produto, a Companhia está em fase de avaliação junto a empresas renomadas no mercado, especialistas no sistema SAP, as melhores práticas, com o objetivo de realizar a implementação de sistemas automatizados de apuração da valorização dos custos dos produtos da Companhia. Estas discussões junto a consultores externos estão em fase inicial de discussões.
Ausência de manual para marcação a mercado do saldo estoque de commodities e valor justo dos contratos futuros	A Companhia possui controles auxiliares os quais suportam as devidas análises e registros contábeis sobre a valorização e mensuração das commodities, porém para minimizar os riscos de interferências manuais e automatizar os processos de valorização e mensuração das commodities, a Companhia está em fase de avaliação junto a empresas renomadas no mercado, especialistas no sistema SAP, as melhores práticas, com o objetivo de realizar a implementação de sistemas automatizados de valorização e mensuração das commodities da Companhia. Estas discussões junto a consultores externos estão em fase inicial de discussões. Adicionalmente, a Administração está em fase de elaboração de políticas as quais contemplaram as melhores práticas de mercado e que atendam as premissas e procedimentos para valorização e mensuração das commodities.
Ausência de política formalizada para concessão de adiantamento a fornecedores	A Companhia realiza uma análise mensal sobre o risco individualizado da carteira de aditamento à fornecedores, os quais são submetidos ao departamento de crédito que após suas análises deliberam em comitê de crédito. Adicionalmente, a Companhia tem como prática com base em análises históricas, a avaliação dos riscos de perdas sobre tais adiantamentos à fornecedores. A Companhia entende que as análises já realizadas são suficientes para atender as premissas do CPC 48 / IFRS 9, mas de qualquer forma, a Administração está em fase de elaboração de políticas as quais contemplaram as melhores práticas de mercado que descrevam sobre as práticas para a concessão de créditos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto da abertura de capital, a Companhia elaborou Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”) visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética trata, entre outras matérias, sobre as regras de conduta em relação à Administração Pública.

O Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020, define a missão, visão, princípios e valores da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) o cumprimento de leis e regulamentos, com normas específicas sobre o combate à corrupção; (ii) segurança da informação; (iii) conflito de interesses; (iv) relacionamento com a sociedade e o meio ambiente; e (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

Além disso, os riscos relacionados a integridade são analisados periodicamente como parte do Risco de Conformidade (conforme item 5.1(b)(i) acima).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; e (iv) Departamento Jurídico e de Compliance.

- Compete ao **Conselho de Administração** aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;
- Compete ao **Comitê de Auditoria**: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber reportes periódicos do Departamento Jurídico e de Compliance sobre as denúncias recebidas através do Canal de Ética e as investigações conduzidas, deliberando sobre as medidas disciplinares aplicadas aos casos de descumprimento, quando necessário;
- Compete à **Diretoria** promover elevados padrões éticos e de integridade na Companhia e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo; e
- Compete ao **Departamento Jurídico e de Compliance**, dentre outros:
 - Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
 - Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;
 - Avaliar a concessão de brindes, presentes, hospitalidades ou entretenimento acima dos limites estabelecidos no Código de Ética;
 - Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Apurar e tratar as comunicações recebidas através do Canal de Ética, garantindo o anonimato do denunciante e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria para a determinação das medidas disciplinares aplicáveis.

É assegurado ao Departamento Jurídico e de Compliance a autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Ética da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

Além disso, o Código de Ética orienta os colaboradores da Companhia a, sempre que possível, transmitirem os princípios e normas ali contidos para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela Companhia ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a Companhia se relacione.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia implementará, por meio do Departamento Jurídico e de Compliance, um plano de treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética. O comparecimento aos treinamentos será obrigatório e a presença será controlada através de meios adequados.

Além disso, no momento da contratação, os colaboradores da Companhia recebem uma cópia do Código de Ética e assinam o Termo de Ciência e Comprometimento, anexo ao documento, pelo qual declaram que irão cumprir fielmente o seu conteúdo.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética, das demais políticas e procedimentos da Companhia, ou a legislação aplicável, estará sujeito a aplicação das seguintes medidas disciplinares: (i) advertência oral e/ou escrita; (ii) suspensão; e (iii) rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

Caso as violações tenham sido praticadas por terceiros, a Companhia poderá determinar as medidas contratuais cabíveis, incluindo o eventual encerramento do relacionamento profissional, além de se resguardar ao direito de buscar eventuais medidas judiciais cabíveis contra os envolvidos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020 e pode ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br e www.ri.boasafraseementes.com.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de denúncias, intitulado Canal de Ética, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Ética, às demais políticas e procedimentos adotados pela Companhia ou a qualquer lei ou regulamento a ela aplicável.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética da Companhia é gerido por empresa independente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e terceiros, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Website: www.contatoseguro.com.br/boasafra
- Telefone: 0800 900-9292

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que preferiram não se identificar.

Nos termos do seu Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Departamento Jurídico e de Compliance é responsável pelo recebimento, avaliação e tratamento das denúncias recebidas através do Canal de Ética. Após as apurações necessárias, o Departamento Jurídico e de Compliance reporta os resultados ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, é o responsável por determinar as medidas disciplinares aplicáveis a cada caso, se necessário.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Nos termos do item 4.15 do seu Código de Ética, quaisquer aquisições ou fusões serão precedidas de *due diligence* por profissionais qualificados. O procedimento tem por objetivo detectar eventuais vulnerabilidades, incluindo histórico de prática de atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e outros ilícitos relacionados a corrupção e fraude a licitações e contratos administrativos.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia. Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia elaborou e formalizou seu Código de Ética e sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, sendo que as demonstrações financeiras anuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com os limites de crédito disponíveis são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia melhorou os indicadores financeiros, conforme apresentado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia apresentou um Índice de Liquidez Corrente, calculado sendo a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, de 1,47, 1,20 e 1,32, respectivamente. A variação de 31 de dezembro de 2020 frente a 2019 deve-se, significativamente, ao valor justo e estoque.

Para exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia apresentou, respectivamente, um lucro líquido de R\$ 70,2 milhões, R\$ 26,7 milhões e R\$ 7,2 milhões.

A Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 105.090 mil, R\$ 45.477 mil e R\$ 12.340 mil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. A Margem EBITDA foi de 17,86%, 11,25% e 3,96% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Os diretores acreditam que as métricas de lucro líquido e o crescimento do EBITDA e da Margem EBITDA apresentada demonstrem a melhora significativa de desempenho da Companhia alcançadas através de ganho de escala e melhor posicionamento tanto na venda como na compra.

A Companhia apresentou uma Dívida Bruta de R\$ 116.680 mil, R\$ 110.823 mil e R\$ R\$ 81.508 mil em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A Companhia apresentou uma Dívida Líquida/Patrimônio Líquido de 0,77, 2,19 e 5,03 em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A Companhia apresentou uma Dívida Líquida/EBITDA de 0,79, 1,97 e 5,84 em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Os indicadores acima são considerados bons indicativos de desempenho pelos Diretores da Companhia, especialmente considerando o crescimento consistente nos últimos exercícios.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	203.874	162.633	114.723
Capital próprio (patrimônio líquido)	108.827	41.005	14.341
Capital total (terceiros + próprio)	312.701	203.638	129.064
Parcela de capital de terceiros	65,20%	79,86%	88,89%
Parcela de capital próprio	34,80%	20,14%	11,11%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 116.680 mil de financiamentos e empréstimos contratados, sendo que R\$ 72.235 mil classificados como circulante (ou seja, devidos no curto prazo). Na mesma data a Companhia possuía R\$ 33.406 mil em caixa e equivalentes de caixa.

Os Diretores entendem que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a limites de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram endividamentos bancários de curto e longo prazos, bem como, nos dois últimos anos, geração de caixa operacional. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e capital de giro, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento. No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Apresentamos abaixo os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2020:

1. Cédula de Crédito Comercial nº 40/07000-X com o Banco do Brasil S.A., datado de 02 de abril de 2015, no valor de R\$148.200,00 e com vencimento em 01 de abril de 2026, com garantia de alienação fiduciária de balança rodoviária "full eletronic", modelo SBR 2402 e número de série AS 8546, no montante global de R\$156.000,00, de propriedade da Companhia. Os juros remuneratórios são de 7,01% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$79.040,00.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2. Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.828 com Banco do Brasil S.A., datado de 26 de dezembro de 2018, no valor de R\$319.480,00 e com vencimento em 01 de janeiro de 2025, com garantia de alienação fiduciária dos seguintes bens (i) um sistema de automação Boa Safra-2, fabricado pela IBS Tecnologia EIRELI-EPP, no valor de R\$98.000,00; (ii) uma carreta de combate a incêndio, com capacidade de 10.500 Litros, modelo CARTBB 105 00 TD e número de série 10.37.422, no valor de R\$49.000,00; e (iii) uma balança rodoviária metálica, modelo M3132S3P1C0 e número de série SA9721, no valor de R\$210.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$260.909,00.

3. Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.872 com Banco do Brasil S.A., datado de 19 de março de 2019, no valor de R\$2.200.000,00 e com vencimento em 01 de abril de dezembro de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$2.500.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$1.775.385.

4. Cédula de Crédito Comercial nº 40/06982-6 com Banco do Brasil S.A., datado de 26 de março de 2015, no valor de R\$148.200,00 e com vencimento em 01 de março de 2025, com garantia de alienação fiduciária de balança rodoviária "full eletronic", modelo SBR 2402 e nº de série AS 8547, no valor de R\$156.000,00. Os juros remuneratórios são de 7,01% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$69.983,00.

5. Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/08653-4 firmado com o Banco do Brasil S.A., datado de 07 de março de 2017, no valor de R\$2.090.115,00 e com vencimento em 01 de fevereiro de 2027, sem garantia. Os juros remuneratórios são de 9,92% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$1.886.201,00.

6. Cédula de Crédito Bancário nº 338.202.687 com o Banco do Brasil S.A., assinado em 27 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 11.747.112,00 e com vencimento em 01 de dezembro de 2029. Os juros remuneratórios são de 11,26% ao ano, com garantia de (i) alienação fiduciária de bens móveis e (ii) hipoteca censual de primeiro grau dos imóveis objeto das matrículas nº 10.194 e nº 10.196, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Buritis/MG e de propriedade, respectivamente, de Marino Stefani Colpo e Camila Stefani Colpo. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$8.097.401,00.

7. Cédula de Crédito Bancário nº 18.2.0221.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, datado de 14 de agosto de 2018, no valor de R\$ 50.000.000,00 e com vencimento em 15 de agosto de 2023, com garantia de hipotecária de imóveis de propriedade da BSA Investimentos Ltda., Cerais Sul Indústria e Comércio Ltda., Agropecuária Gado Bravo Ltda e Colpo Agronegócios Ltda. Os juros remuneratórios são de 3,62% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$49.302.376,00.

8. Cédula de Produto Rural Financeira nº 2020/3416/008 com o Banco Bradesco S.A., datado de 07 de julho de 2020, no valor de R\$ 5.000.000,00 e com vencimento em 13 de julho de 2021, com garantia de penhor pecuário de animais de propriedade da Companhia. Os juros remuneratórios são de 6,29% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$5.131.322,00.

9. Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº EAI-2020/00105 com o Banco de Brasília S.A., datado de 03 de junho de 2020, no valor de R\$397.957,98 e com vencimento em 15 de junho de 2026, com garantia de penhor dos seguintes bens (i) duas ensacadeiras do modelo Big Bag pesagem direta, com carrinho, no valor de R\$132.600,00; (ii) coletor de amostras de cereais, da marca Saur, modelo CAS 180/5960, no montante de R\$78.000,00; e (iii) equipamentos de aplicação Silomax, no valor de R\$187.357,98, todos a serem adquiridos com o financiamento. Os juros remuneratórios são de 8,25% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$414.183,00.

10. Nota de Crédito à Exportação nº 3011320 com o Itaú Unibanco S.A., datado de 12 de maio de 2020, no valor de R\$5.500.000,00 e com vencimento em 12 de maio de 2021, sem garantia. Os juros remuneratórios são de 8,17% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$5.541.031,00.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

11. Cédula de Crédito Bancário nº 213900300064 com o Banco Santander S.A., datado de 08 de junho de 2020, no valor de R\$15.000.000,00 e com vencimento em 03 de junho de 2021, com garantia de penhor mercantil de primeiro grau de 10.000.000 quilos de soja em grãos, totalizando um montante de R\$15.000.000,00. Os juros remuneratórios são de 7,50% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$15.570.195,00.

12. Cédula de Crédito Bancário nº 10227886 com o Banco Votorantim S.A., datado de 17 de junho de 2020, no valor de R\$15.000.000,00 e com vencimento em 17 de junho de 2021, com garantia de alienação fiduciária de bens móveis fungíveis. Os juros remuneratórios são de 8,80% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$15.000.000,00.

13. Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº ECA-2020/00419 com o Banco de Brasília S.A., datado de 16 de dezembro de 2020, no valor de R\$10.000.000,00 e com vencimento em 20 de junho de 2021, com garantia de penhor mercantil de primeiro grau de 197.000 sacas de soja em grãos 40 Kg, totalizando um montante de R\$13.002.000,00. Os juros remuneratórios são de 4,5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$10.000.000,00.

14. Cédula de Crédito Bancário nº 38.203.104 com o Banco do Brasil S.A., datado de 19 de maio de 2020, no valor de R\$444.000,00 e vencimento em 01 de junho de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$740.000,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Até 31 de dezembro de 2020, em virtude da ausência de disponibilidade de recursos do FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste), não houve desembolso por parte do Banco do Brasil S.A. do valor referente ao financiamento.

15. Cédula de Crédito Bancário nº 338.203.105 com o Banco do Brasil S.A., datado de 19 de maio de 2020, no valor de R\$432.860,00 e vencimento em 01 de junho de 2025, com garantia de alienação fiduciária de bens que totalizam um montante de R\$721.434,00. Os juros remuneratórios são calculados com base na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais. Até 31 de dezembro de 2020, em virtude da ausência de disponibilidade de recursos do FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste), não houve desembolso por parte do Banco do Brasil S.A. do valor referente ao financiamento.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, a Companhia poderá estabelecer outras relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os Diretores da Companhia informam que alguns financiamentos possuem restrições impostas à Companhia com relação a alienação de ativos, transferência de controle e emissão de novos valores mobiliários. Além disso, os Diretores esclarecem que (i) não há restrição com relação à distribuição de dividendos e (ii) não há índices financeiros que a Companhia seja obrigada a observar e que estejam previstos em contratos financeiros ou derivativos em vigor na data deste formulário de referência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições contratuais.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha disponíveis linhas de crédito de financiamento e capital de giro junto aos Bancos (Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Votorantim, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco) não utilizadas, no montante de R\$ 105.600.000,00. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A receita operacional líquida da Companhia é resultante em sua maior parte da venda de sementes de soja, além de existir parcela que é representada por outros produtos (milho e feijão). Ela é compreendida pela receita bruta com as vendas deduzida de devoluções e impostos (ICMS, PIS e COFINS).

O custo dos produtos vendidos é compreendido por matéria-prima, *royalties* de tecnologia para melhoramento de sementes, frete, pessoal, depreciação e manutenção de equipamentos da indústria de atuação da Companhia e outros custos de produção menos representativos.

Despesas de vendas são compreendidas por comissões sobre a comercialização de sementes, custos de viagens da equipe comercial, bonificações a clientes para divulgação de produtos, despesas de marketing em geral, dentre outras despesas menos representativas.

Despesas administrativas e gerais são compreendidas por pessoal, despesas com informática, segurança, limpeza e conservação de escritórios, dentre outras menos representativas.

Receitas financeiras estão relacionadas a rendimentos com aplicações financeiras, variação cambial ativa, juros recebidos de clientes e instrumentos financeiros.

Despesas financeiras estão relacionadas a juros sobre empréstimos e financiamentos, a fornecedores e tarifas bancárias, dentre outros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	2020	AV	2019	AV	AH
Receita operacional líquida	588.525	100%	404.392	100%	45,53%
Custos dos produtos vendidos	(466.921)	79,34%	(365.015)	90,26%	27,92%
Lucro bruto	121.604	20,66%	39.377	9,74%	208,82%
Despesas de vendas	(11.127)	1,89%	(8.985)	2,22%	23,84%
Provisão para perdas esperadas	(21)	0,00	76	0,02%	(127,63%)
Despesas administrativas e gerais	(7.341)	1,25%	(5.236)	1,29%	40,20%
Outras receitas operacionais	285	0,05%	18.704	4,63%	(98,48%)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	103.400	17,57%	43.936	10,86%	135,34%
Receitas financeiras	2.854	0,48%	1.612	0,40%	77,04%
Despesas financeiras	(16.117)	2,74%	(12.161)	3,01%	32,53%
Resultado financeiro líquido	(13.263)	2,25%	(10.549)	2,61%	25,73%
Resultado antes dos impostos	90.137	15,32%	33.387	8,26%	169,98%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.977)	2,71%	(343)	0,08%	4558,02%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.953)	0,67%	(6.380)	1,58%	(38,04%)
Lucro/(prejuízo) Líquido do exercício	70.207	11,93%	26.664	6,59%	163,30%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 588.525 mil comparado a R\$ 404.392 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 184.133 mil ou 45,53%. Este aumento de valor é atribuído substancialmente ao aumento de venda de 23,29% e ao aumento no preço médio de 13,85%.

Com relação ao segmento de soja, a Companhia teve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 receita operacional líquida de R\$ 581.340 mil versus R\$ 399.455 mil no mesmo período de 2019, aumento de 45,53%. As receitas de outros segmentos representam R\$ 7.185 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, versus R\$ 4.937 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 45,53% em 2020.

Custos dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ (466.921) mil comparado a R\$ (365.015) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 101.906 mil ou 27,92%. Este aumento é atribuído substancialmente a ao aumento de volume de vendas de 23,29%. O custo dos produtos vendidos representou, 79,34% e 90,26% da receita operacional líquida, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 121.604 mil comparado a R\$ 39.377 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 82.227 mil ou 208,82%. Este aumento é atribuído substancialmente a crescimento de receita de 45,53%, que foi motivado pelo crescimento do volume de vendas de 23,29% e pelo aumento no preço médio de 13,85%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ (11.127) mil comparado a R\$ (8.985) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 2.142 mil ou 23,84%. Este aumento é atribuído substancialmente a comissões de venda incorridas sobre o incremento de receitas. As despesas de vendas representaram 1,89% e 2,22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas administrativas e gerais

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ (7.341) mil comparado a R\$ (5.236) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 2.105 mil ou 40,20%. Este aumento é atribuído substancialmente a entrada em operação da unidade de Água Fria – GO. Despesas administrativas e gerais representaram 1,25% e 1,29% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 285 mil comparado a R\$ 18.704 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 18.419 mil ou 98,48%. Esta redução é atribuída substancialmente a créditos de PIS/COFINS no montante de R\$15.542 mil no exercício de 2019. Outras receitas operacionais representaram 0,05% e 4,63% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 103.400 mil comparado a R\$ 43.936 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 59.464 mil ou 135,34%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume de 23,29% e ao aumento no preço médio de venda em 13,85%. Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, representou 17,57% e 10,86% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.854 mil comparado a R\$ 1.612 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 1.242 mil ou 77,04%. Este aumento é atribuído substancialmente a variação positiva de receitas financeiras no valor de R\$ 1.008 mil. Receitas financeiras representaram 0,48% e 0,40% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ (16.117) mil comparado a R\$ (12.161) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento R\$ 3.956 mil ou 32,53%. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de R\$ 1.727 mil na conta de juros apropriados sobre financiamentos, em virtude de novos investimentos financiados, e ao valor de R\$ 1.543 mil na conta de instrumento financeiro de derivativo (operação de *hedge* em matéria-prima). Despesas financeiras representaram 2,74% e 3,01% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado antes de impostos

Resultado antes de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 90.137 mil comparado a R\$ 33.387 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 56.750 mil ou 169,98%. Este aumento é atribuído aos efeitos mencionados acima. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 15,32% e 8,26% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$ (19.930) mil comparado a uma despesa de R\$ (6.723) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 13.207 mil ou 196,44%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes dos impostos. Imposto de renda e contribuição social representou 3,38% e 1,66% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro do exercício

Lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 70.207 mil comparativamente a R\$ 26.664 no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 43.543 mil ou 163,30%. Este aumento é atribuído aos efeitos mencionados acima. Lucro do exercício representou 11,93% e 6,59% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
Receita operacional líquida	404.392	100%	311.442	100%	29,85%
Custos dos produtos vendidos	(365.015)	90,26%	(288.056)	92,49%	26,72%
Lucro bruto	39.377	9,74%	23.386	7,51%	68,38%
Despesas de vendas	(8.985)	2,22%	(9.274)	2,98%	(3,12%)
Provisão para perdas esperadas	76	0,02%	12	0,00%	533,33%
Despesas administrativas e gerais	(5.236)	1,29%	(4.318)	1,39%	21,26%
Outras receitas operacionais	18.704	4,63%	2.027	0,65%	822,74%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos	43.936	10,86%	11.833	3,80%	271,30%
Receitas financeiras	1.612	0,40%	1.718	0,55%	(6,17%)
Despesas financeiras	(12.161)	3,01%	(7.606)	2,44%	59,89%
Resultado financeiro líquido	(10.549)	2,61%	(5.888)	1,89%	79,16%
Resultado antes dos impostos	33.387	8,26%	5.945	1,91%	461,60%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(343)	0,08%	1.235	0,40%	(127,77%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.380)	1,58%	-	0,00%	(100%)
Lucro/(prejuízo) Líquido do exercício	26.664	6,59%	7.180	2,31%	271,36%

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$404.392 mil comparado a R\$311.442 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$92.950 mil ou 29,85%. Este aumento é atribuído substancialmente a incremento, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 5,08% no volume vendido no segmento de soja e ao incremento de 24,96% no preço médio de venda reflexos de melhores negociações com clientes (revendedores e produtores rurais) e aumento do preço da soja (*commodity*).

Com relação ao segmento de soja, a Companhia teve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 receita operacional líquida de R\$ 399.455 mil versus R\$ 308.281 mil no mesmo período de 2018, aumento de 29,6%. As receitas de outros segmentos representam R\$ 4.937 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, versus R\$ 3.161 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 56,2% em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$(365.015) mil comparado a R\$(288.056) mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$76.959 mil ou 26,72%. Essa variação é atribuída substancialmente ao aumento da produção e volume de vendas, o que, como consequência implicou em aumento de custo de compra de matéria-prima em 2019. O custo dos produtos vendidos representou, 90,26% e 92,49% da receita operacional líquida, respectivamente.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$39.377 mil comparado a R\$23.386 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$ 15.991 mil ou 68,38%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados nos itens de receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$(8.985) mil comparado a R\$(9.274) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$ (289) mil ou 3,12%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de R\$ 116 mil na conta de manutenção de veículos da equipe comercial em 2019. As despesas de vendas representaram 2,22% e 2,98% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas administrativas e gerais

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$(5.236) mil comparado a R\$(4.318) mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$918 mil ou 21,26%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento, no valor de R\$ 609 mil, na conta de honorários de consultoria tributária e despesas com pessoal (salários e encargos) em 2019. Despesas administrativas e gerais representaram 1,29% e 1,39% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$18.704 mil comparado a R\$2.027 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$16.677 mil ou 822,74%. Este aumento é atribuído substancialmente à recuperação de PIS e COFINS de exercícios anteriores no valor de R\$ 15.542 mil em 2019, sem um lançamento correspondente no exercício de 2018. Outras receitas operacionais representaram 4,63% e 0,65% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$43.936 mil comparado a R\$11.833 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$32.103 mil ou 271,30%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos de receita operacional líquida e custos de produtos vendidos. Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos, representou 10,86% e 3,80% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$1.612 mil comparado a R\$1.718 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R\$106 mil ou 6,17%. Esta redução é atribuída substancialmente à variação dos juros relativos aos derivativos financeiros (swap). Receitas financeiras representaram 0,40% e 0,55% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ (12.161) mil comparado a R\$ (7.606) mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$ (4.555) mil ou 59,89%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da conta de juros incorridos sobre empréstimos que totalizou R\$ 4.085 mil em 2019, montante em função do aumento de contratação de empréstimos no período, destinados a adiantamentos a fornecedores e compra de matéria-prima, em virtude de aumento de produção. Despesas financeiras representaram 3,01% e 2,44% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado antes de impostos

Resultado antes de impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 33.387 mil comparado a R\$ 5.945 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$27.442 mil ou 461,60%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 8,26% e 1,91% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ (6.723) mil comparado a R\$1.235 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$(7.958) mil ou 644,37%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes dos impostos. Imposto de renda e contribuição social representou 1,66% e 0,40% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro do exercício

Lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$26.664 mil comparativamente a R\$7.180 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$19.484 mil ou 271,36%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima. Lucro do exercício representou 6,59% e 2,31% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
Circulante	213.627	68,32%	122.751	60,28%	66.668	51,65%	74,03%	84,12%
Caixa e equivalentes de caixa	33.406	10,68%	21.030	10,33%	9.425	7,30%	58,85%	123,13%
Contas a receber	60.528	19,36%	58.293	28,63%	37.546	29,09%	3,83%	55,26%
Estoques	32.817	10,49%	8.085	3,97%	12.181	9,44%	305,90%	-33,63%
Instrumentos financeiros derivativos	52.778	16,88%	792	0,39%	720	0,56%	6563,89%	10,00%
Adiantamentos a fornecedores	15.645	5,00%	15.008	7,37%	3.663	2,84%	4,24%	309,72%
Impostos a recuperar	9.513	3,04%	18.859	9,26%	2.115	1,64%	49,56%	791,68%
Ativo fiscal corrente	6.464	2%	0	0%	0	0%	100%	0%
Outros créditos	2.476	0,79%	684	0,34%	1.018	0,79%	261,99%	-32,81%
Não Circulante	99.074	31,68%	80.887	39,72%	62.396	48,35%	22,48%	29,63%
Outros créditos	950	0,30%	1.363	0,67%	1.723	1,33%	-30,30%	-20,89%
Contrato entre partes relacionadas	0	0,00%	27.080	13,30%	25.691	19,91%	-100,00%	5,41%
Impostos a recuperar	29.983	9,59%	7.894	3,88%	953	0,74%	279,82%	728,33%
Ativo fiscal diferido	0	0,00%	2.245	1,10%	2.618	2,03%	-100,00%	-14,25%
Imobilizado	67.820	21,69%	42.281	20,76%	31.378	24,31%	60,40%	34,75%
Intangível	321	0,10%	24	0,01%	33	0,03%	1237,50%	-27,27%
Total do Ativo	312.701	100,00%	203.638	100,00%	129.064	100,00%	53,56%	57,78%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO (em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
Circulante	145.697	46,59%	102.139	50,16%	50.489	39,12%	42,65%	102,30%
Fornecedores e outras contas a pagar	35.151	11,24%	22.338	10,97%	16.138	12,50%	57,36%	38,42%
Financiamentos e empréstimos	72.235	23,10%	50.329	24,71%	18.191	14,09%	43,53%	176,67%
Instrumentos financeiros derivativos	13.867	4,43%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Obrigações sociais e trabalhistas	1.100	0,35%	411	0,20%	421	0,33%	167,64%	-2,38%
Dividendos a pagar	2.385	0,76%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Obrigações tributárias	124	0,04%	365	0,18%	669	0,52%	-66,03%	-45,44%
Adiantamento de clientes	20.835	6,66%	28.696	14,09%	15.070	11,68%	-27,39%	90,42%
Passivo não circulante	58.177	18,60%	60.494	29,71%	64.234	49,77%	-3,83%	-5,82%
Financiamentos e empréstimos	44.445	14,21%	60.494	29,71%	63.317	49,06%	-26,53%	-4,46%
Obrigações tributárias	0	0,00%	-	0,00%	917	0,71%	-100,00%	-100,00%
Passivo fiscal diferido	13.732	4,39%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Patrimônio Líquido	108.827	34,79%	41.005	20,14%	14.341	11,11%	165,4%	185,93%
Capital social	8.834	2,83%	8.834	4,34%	8.834	6,84%	0,00%	0,00%
Reserva legal	1.767	0,41%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Reservas de incentivos fiscais	56.594	18,10%	12.001	5,89%	5.507	4,27%	371,58%	117,92%
Reserva de lucros	41.632	13,88%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Lucros (prejuízos) acumulados	0	0,00%	20.170	9,90%	-	0,00%	-100,00%	100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	312.701	100,00%	203.638	100,00%	129.064	100,00%	53,56%	57,78%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 213.627 mil, em comparação com R\$ 122.751 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 90.876 mil. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de R\$ 51.986 mil na conta de instrumentos financeiros e derivativos, atrelado ao volume de compra e ao aumento de preço, e ao incremento de R\$ 24.732 mil na conta de estoque, em virtude da manutenção de estoque de contingência.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ R\$ 99.074 mil, em comparação com R\$ 80.887 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$18.187 mil. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de R\$ 25.539 mil na conta de imobilizado, referente a obras em andamento, e à redução de R\$ 27.080 mil na conta de contrato de mútuo com partes relacionadas, pagos pelos acionistas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 145.697 mil, em comparação com R\$ 102.139 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de R\$ 43.558 mil. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de R\$ 21.906 mil na conta de empréstimos e financiamentos e de R\$ 13.867 mil na conta de instrumentos financeiros e derivativos, referente à operação de venda de grãos e à variação de preço.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 58.177 mil, em comparação com R\$ 60.494 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R\$ 2.317 mil. Esta redução é atribuída ao incremento de R\$ 13.732 mil na conta de passivo fiscal diferido, referente ao instrumento financeiro, e à redução de R\$ 16.049 mil na conta de empréstimos de financiamento, classificado para o passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 108.827 mil, em comparação com R\$ 41.005 mil em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$ 67.822 mil. Este aumento é atribuído substancialmente ao lucro obtido no exercício, destinado à reserva de lucros e de incentivos fiscais.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 122.751 mil, em comparação com R\$ 66.668 mil em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de R\$56.083 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento (i) da conta contas a receber no valor de R\$ 20.747 mil em razão do aumento das vendas em 2019, (ii) da conta de impostos a recuperar com R\$ 16.744 mil sendo R\$ 24.541 mil referente a PIS e COFINS, (iii) da conta de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 11.605 mil, sendo R\$ 10.800 mil referente uma aplicação no Santander.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 80.887 mil, em comparação com R\$ 62.396 mil em 31 de dezembro de 2018. O que representou um aumento de R\$ 18.491 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento (i) da conta de imobilizado no valor de R\$ 10.903 mil, sendo R\$ 7.394 mil referente a adiantamento para aquisição da UBS de Buritis/MG e armazéns para esta unidade, e (ii) da conta de impostos a recuperar no valor de R\$ 6.941 mil referente a créditos de PIS e COFINS não realizáveis nos próximos 12 meses.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$102.139 mil, em comparação com R\$50.489 mil em 31 de dezembro de 2018. O que representou um aumento de R\$51.650 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento da (i) conta de financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 32.138 mil, em 2019, para aquisição de matéria-prima para maior volume de produção demandado e (ii) conta adiantamento de clientes no valor de R\$ 13.626 mil, em função de aumento de volume de sementes negociadas, e conta de fornecedores no valor de R\$ 6.200 mil, decorrente do adiantamento de valores devidos a fornecedores com taxas de desconto sobre valor total devido, em 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$60.494 mil, em comparação com R\$64.234 mil em 31 de dezembro de 2018. O que representou uma variação de R\$ (3.740) mil. Esta variação é atribuída substancialmente a redução da conta financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 2.823 mil, em razão da operação de capital de giro junto ao BNDES e linhas de crédito FCO Rural Investimento Agropecuário ao Banco do Brasil, as quais saíram do não circulante para o circulante em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$41.005 mil, em comparação com 14.341 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de 26.664 mil, deu-se pelo lucro obtido no período.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31 de dezembro de			AH	
	2020	2019	2018	2020 x 2019	2019 x 2018
Caixa líquido gerado (utilizado nas atividades operacionais)	7.669	368	-19.357	1.983,97%	101,90%
Caixa líquido (utilizado nas atividades de investimento)	-28.126	-12.539	-14.777	124,31%	(15,15%)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	32.833	23.776	43.042	38,09%	(44,76%)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	12.376	11.605	8.908	6,64%	30,28%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 7.669 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 368 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 7.301 mil é justificado substancialmente pela redução na conta de estoque no valor de R\$ 23.811 mil e pelo aumento de R\$12.813 mil na conta de fornecedores.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 28.126 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 12.539 mil utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 15.587 mil é justificado substancialmente pela aquisição de imobilizado no valor de R\$ 27.829 mil.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 32.833 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 23.776 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 9.057 mil é atribuído ao recebimento de mútuo com acionistas no valor de R\$ 27.080 mil, ao pagamento de empréstimo no valor de R\$ 152.597 mil e à captação de empréstimo no valor de R\$ 158.350 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 368 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$19.357 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$ 19.725 mil, ou 101,90%, é justificado pela variação nos ativos e passivos operacionais e pelo aumento de 29,85% na receita líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento***

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$12.539 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$14.777 mil utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$ 2.238 mil, ou 15,15%, é justificada por menor investimento no aumento da capacidade fabril, localizada unidade de Cabeceiras – GO e Buritis - MG.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 23.776 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 43.042 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R\$ 19.266 mil, ou 44,76%, é justificado pelo aporte de capital no valor de R\$ 1.534 mil em 31 de dezembro de 2018, pelo aumento em 2019 de R\$ 37.477 mil no montante de pagamentos de empréstimos e financiamentos contraídos em 2018 junto às instituições financeiras, pela diminuição de R\$ 4.557 mil nas captações de empréstimos e financiamentos em 2019 com respeito a 2018, parcialmente compensado pela diminuição de R\$ 4.557 mil de pagamentos de empréstimos recebidos de acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Nossa receita é originada, substancialmente, da venda de produção de sementes de soja, sementes de soja tratada e soja em grão, uma parcela bem menor de nossa receita é originada da venda de sementes de feijão e sementes de milho.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O principal impacto foi oriundo do aumento de produção e de venda, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, produzimos 2,3 milhões de sacos de sementes de soja de 40kg, frente a 1,9 milhões de sacos produzidos no mesmo período de 2019, representando um aumento de volume de 23,29%.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O principal produto de venda é a semente de soja, a qual é correlacionada ao preço da soja em grão. A soja em grão é um produto cotado em dólar com cotação e variação de preços internacionais. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve um aumento médio no preço de soja de 13,85% em relação ao mesmo período de 2019, este aumento foi um fator relevante no aumento da receita.

O aumento de 13,85% no preço da semente de soja, combinado ao aumento de 23,29% no volume de produção, fez com que a receita da Companhia aumentasse substancialmente, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a receita foi de R\$ 588.525 milhões, uma alta de 45,53% em relação ao mesmo período de 2019 no qual a receita foi de R\$ 404.392 milhões.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 os custos administrativos aumentaram 40,20% em relação ao mesmo período do ano passado, indo de R\$ 5.236 milhões em 2019 para R\$ 7.341 milhões em 2020. Parte deste aumento se deve as variações do índice de inflação que impactaram os custos no período. Como discutido anteriormente o principal insumo para a produção de sementes de soja é a própria soja, commodities negociada internacionalmente com cotação em dólar. Os demais custos como mão de obra, eletricidade, combustíveis e operação, são mais influenciados pelo IGPM.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não identificou nenhum impacto significativo de mudanças em suas práticas contábeis.

O CPC 47/IFRS 15, CPC 48/IFRS 9, ICPC 22/IFRIC 23 e CPC 06(R2)/IFRS 16 não impactaram significativamente as informações financeiras da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável considerando que nos últimos três exercícios sociais não houve efeitos significativos nas práticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018 foi emitido sem ressalvas. No entanto, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram emitidas com a ênfase abaixo:

“Ênfase – Reemissão das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção à nota explicativa no 2 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir os pronunciamentos contábeis CPC 41 / IAS 33 – Resultado por ação e CPC 22 / IFRS 8 – Informação por segmento em função do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários descrito na referida nota explicativa. Em 15 de maio de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Boa Safra Sementes S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

Os Diretores analisaram a ênfase que consta das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e entendem que referida ênfase decorre do processo de abertura de capital da Companhia, uma vez que as demonstrações financeiras previamente emitidas foram elaboradas para atender as normas contábeis aplicáveis a uma companhia fechada. Como parte do processo de abertura de capital da Companhia, foi necessária a reemissão das demonstrações financeiras com a inclusão de divulgações adicionais conforme requeridas pelas normas contábeis aplicáveis a uma companhia aberta com ações negociadas em mercado, principalmente os requerimentos dos pronunciamentos contábeis CPC 41 / IAS 33 – Resultado por ação e CPC 22 / IFRS 8 – Informação por segmento. Ainda, esclarecem que não houve alteração das informações contábeis em razão da reemissão. No entanto, as notas explicativas foram aprimoradas a fim de atender a norma contábil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB”.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para perdas esperadas de crédito do contas a receber

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar este risco, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber, os seguintes procedimentos:

- a) análise da experiência histórica de perdas com clientes e produtos;
- b) cálculo do percentual histórico de perda da carteira; e
- c) análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.

A Companhia considera que existem “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados destes ativos financeiros, tais como: (i) dificuldade financeira significativa do credor e (ii) inadimplência ou atraso de mais de 180 dias.

Adicionalmente, para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, definindo limites de crédito e prazos, obtendo garantias (hipotecas, penhores agrícolas e endosso de cédula de produto rural (CPR), dentre outras) e acompanhando os saldos em aberto.

Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Determinação do valor realizável líquido

A determinação do valor realizável líquido é mensurada pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques de produtos comercializáveis, milho, soja em grão, feijão e semente de soja são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado ("Mark to Market") menos os custos para a venda. Os preços de referência são públicos e são obtidos junto a CBOT – Chicago Board Trading.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados

O reconhecimento de ativos fiscais diferido, decorre de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que a entidade tenha histórico de lucratividade, acompanhado da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos, ou o limite máximo de compensação permitido pela legislação, o que for menor.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura venda e compra de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No ano de 2020, a Companhia realizou investimentos totalizando R\$ 27.829 mil. Deste valor, (i) R\$ 19.464 mil foram destinados a construções em andamento nas unidades de Buritis – MG e Cabeceiras – GO, (ii) R\$ 3.930 mil foram destinados a edificações, (iii) R\$ 1.023 mil foram destinados para a aquisição de terrenos, (iv) R\$ 521 mil foram destinados para a aquisição de instalações, (v) R\$ 200 mil foram destinados para a aquisição de equipamentos de informática, (vi) R\$ 76 mil foram destinados para a aquisição de móveis e utensílios e (vii) R\$ 66 mil foram destinados para a aquisição de para veículos.

Nos próximos anos, a Companhia pretende expandir os seus negócios aumentando sua capacidade produtiva da UBS de Cabeceiras de 1.200 mil sacas para 2.000 mil sacas de 40 kg por safra e a UBS de Buritis de 750 mil sacas para 1.500 mil sacas, ampliando as linhas de beneficiamento com a aquisição de novos maquinários, aumentando seu portfólio com novas variedades de sementes e tipos de tratamento e beneficiamento industrial, bem como expandindo sua área de atuação intensificando sua presença nas regiões onde já atua e atuando em novas regiões. Além do crescimento orgânico, a Companhia pretende realizar aquisições estratégicas e oportunísticas visando a sua expansão.

Além disso, a Companhia adquiriu, em setembro de 2020, no valor de R\$ 700 mil, um terreno na cidade de Jaborandi, na Bahia para construção de uma nova UBS. Atualmente, está sendo realizada terraplanagem e limpeza do terreno para início da construção, cuja conclusão está prevista para o final de 2021, quando será concluída a 1ª fase do projeto. Após a conclusão da 1ª fase, a UBS Jaborandi terá capacidade produtiva de 1.000 mil sacas de 40kg por safra, sendo que, a partir de 2023, a Companhia iniciará a 2ª fase do projeto da UBS de Jaborandi, que consistirá na ampliação de 1.000 mil sacas de 40kg por safra, cuja conclusão está prevista para 2024. Após a conclusão da 2ª fase, a UBS de Jaborandi terá capacidade produtiva total de 2.000 mil de sacas de 40kg por safra.

Assim, a Companhia pretende, nos próximos cinco anos, além de finalizar a construção da UBS de Jaborandi, adquirir e/ou construir mais quatro novas UBS nas regiões onde a Companhia atua, bem como em novas regiões. A Companhia entende que o mercado em que atua é altamente pulverizado, com diversos produtores de sementes de pequeno e médio porte, apresentando boas oportunidades de consolidação.

Para o próximo exercício, a Companhia pretende investir R\$ 206.000 mil em bens de capital (“CAPEX”), o que está condicionado ao sucesso da sua oferta pública inicial de ações em andamento.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia são financiados por meio de geração do próprio caixa operacional e financiamentos.

Além disso, a Companhia utilizar parte dos recursos decorrentes da oferta pública inicial de ações da Companhia para financiar aquisições estratégicas e oportunísticas.

A Companhia informa que os valores devidos no âmbito do contrato de arrendamento mercantil, quando celebrado, serão provenientes de recursos próprios ou de terceiros e não serão provenientes da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia. Para mais informações sobre o contrato de arrendamento mercantil, vide item 16.4 deste Formulário de Referência.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Conforme descrito o item "a" acima, a Companhia adquiriu em setembro de 2020 um terreno a na cidade de Jaborandi na Bahia para construção de uma nova UBS. A UBS deverá ter capacidade produtiva de 2.000 mil sacas de 40 kg por safra.

A Companhia tem a intenção de expandir seus negócios por meio da construção de novas plantas (UBS) e de aquisições estratégicas e oportunísticas. No entanto, na data deste Formulário de Referência, não havia nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos contratados que poderiam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas neste item.

(c) Novos produtos e serviços**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações relevantes com relação a este item 10.